

# A CONSTRUÇÃO DE NOVAS ATRIBUIÇÕES PARA A ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL: A MEDIAÇÃO COM RECONHECIMENTO DA IDENTIDADE

Ivar José Kreutz<sup>1</sup>

Sergio Leite Guimarães Pinheiro<sup>2</sup>

Ademir Antonio Cazella<sup>3</sup>

## Resumo

As mudanças que começaram a se delinear na década de oitenta e se consolidaram no Brasil nos anos noventa, provocando alterações institucionais profundas, assimiladas mais rapidamente pelo setor privado. As instituições públicas têm levado mais tempo para se adaptar às mudanças, mais ainda, quando possuidoras de um passado reconhecido. As instituições de extensão rural oficial representam um destes segmentos, pois suas ações foram efetivas durante a implantação do modelo da modernização tecnológica especializada e produtivista. No entanto, o contexto está em transformação e requer novos atributos das instituições. O artigo discute as diferentes fases vividas pela extensão rural oficial, principalmente do RS, relacionado-as com os processos educacionais. Constituem-se assim elementos para visualizar caminhos alternativos, alicerçados em uma nova postura pedagógica dos profissionais, ancorada na mediação. A construção de um referencial de diálogo e administração de conflitos, encontra mais sentido com o reconhecimento do multiculturalismo, não dissociado das relações locais de poder. As novas competências formam uma rede de relações que a sociedade é capaz de construir, com ênfase para uma participação ativa dos atores sociais.

**Palavras-chave:** extensão rural, desenvolvimento rural, mediação, identidade.

---

<sup>1</sup> Extensionista Rural da EMATER-RS - ASCAR, MSc em Agroecossistemas (CCA/UFSC). Av. Júlio de Castilhos, 233, 95400-000, São Francisco de Paula/RS, fone (54) 244-1175; E-mail: [ijkreutz@terra.com.br](mailto:ijkreutz@terra.com.br)

<sup>2</sup> Pesquisador da EPAGRI-SC, Dr.. Rod. Admar Gonzaga, 1347, Itacorubi, C.P. 502, 88034-901, Florianópolis, SC, fone (48) 239-5500; e-mail: [pinheiro@epagri.rct-sc.br](mailto:pinheiro@epagri.rct-sc.br)

<sup>3</sup> Professor adjunto do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal de Santa Catarina - CCA/UFSC. Rod. Admar Gonzaga, 1346, Itacorubi, C.P.476, 88040-900, Florianópolis, SC, fone (48) 331-5357; E-mail: [acazella@cca.ufsc.br](mailto:acazella@cca.ufsc.br)

## **“NEW APPROACHES AND RESPONSIBILITIES FOR AGRICULTURAL ASSISTANCE AND RURAL EXTENSION: CONFLICT MEDIATION WITH RECOGNITION OF MULTICULTURAL IDENTITIES”**

### **Abstract**

In Brazil some changes which started in the eighties and were consolidated in the nineties have promoted significant institutional impact more quickly at the private sector. Public institutions have demanded more time to accept changes, particularly the most conservative ones. Public rural extension institutions are one of these cases as their historical strategies and actions have been based on the “green revolution” agricultural model specialized on monoculture, technological modernization and productivity. However, the socio-economic and environmental context has changed, requiring new institutional roles and challenges. This article present and discuss different phases of the public rural extension institution of Rio Grande do Sul State, in south Brazil, in relation with educational processes. This experience involves an alternative educational approach for rural extensionists, based on dialogue, conflict mediation, recognition of multicultural identities and power relations. This new approach promotes different responsibilities for stakeholders and a socially constructed network which emphasizes active participation of social actors.

**Key words:** rural extension, rural development, conflict mediation, multicultural identity.

### **1. Introdução**

A organização dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), obtiveram sua conformação mais elaborada no Brasil depois da segunda guerra mundial, em pleno período da guerra fria e vinculado a uma configuração desenvolvimentista internacional de características Norte/Sul. A política de ATER oficial foi rapidamente difundida em todo o país como uma espécie de solução para o desenvolvimento rural, com o argumento de que a ação não iria colidir com os interesses e os direitos de populações locais, ou povos alvos de programas da mudança induzida.

O foco da discussão no presente artigo se dirige às instituições de assistência técnica e extensão rural, particularmente à EMATER/RS–

ASCAR, empresa que atua em nosso Estado. No primeiro momento, estará dando destaque às três fases pelas quais a extensão rural passou no Brasil e no RS. A primeira inicia com a constituição dos seus serviços e se estende até os finais da década de sessenta. Em seguida acontece a segunda fase que vai até meados da década de noventa. A última etapa e que está presente nos dias atuais, é onde as entidades que sobreviveram ao desmonte e privatização<sup>4</sup> fizeram um esforço para se readequar aos novos tempos. No RS, durante este último período, foram empreendidos vários esforços e um deles foi a tentativa de implementar uma proposta Agroecológica pela extensão rural oficial. Contudo, parece que todos esses esforços não obtiveram os resultados desejados, pois ficavam presos às estruturas institucionais e a metodologias parcialmente participativas, sem conseguir redefinir uma nova abordagem pedagógica, mais identificada com o diálogo. Isso levou as instituições de extensão rural se distanciaram muito, quando não romperam, com os movimentos sociais que representam os povos do espaço rural. Ficaram inclusive à margem da abordagem pedagógica das organizações empresariais, que se tornaram, via de regra, mais horizontais e com maior participação de seus colaboradores.

Na seqüência do trabalho se procura identificar vários acontecimentos que estão a marcar o contexto nos anos noventa. Como exemplo, pode ser apontado o reconhecimento da existência da agricultura familiar. A mesma revalorização vem expressa em algumas políticas públicas específicas. Acontece também uma ação mais efetiva com os assentados e beneficiários do crédito fundiário, o reconhecimento de populações historicamente marginalizadas como dos indígenas, quilombolas e pescadores artesanais, entre tantos outros acontecimentos.

No mesmo período, foram trabalhadas por estudiosos e gestores, duas vertentes para a execução dos trabalhos: a primeira mais voltada para as ONGs, que se proliferaram nos anos noventa; a outra, que procura utilizar as estruturas existentes da extensão rural oficial. A presente abordagem pretende contextualizar mais a segunda vertente e a partir da

---

<sup>4</sup> O período de desmonte e privatização das instituições públicas aconteceu no Brasil no final da década de oitenta e início de noventa e fazia parte de uma estratégia maior que era a constituição do estado mínimo.

mesma, traçar algumas perspectivas dentro de uma visão de mediação<sup>5</sup>, como a existência de dois mundos distintos que buscam o diálogo.

Por último, se estará procurando aprofundar a temática da identidade<sup>6</sup> dos indivíduos envolvidos em um campo social, capaz de constituir uma complexa rede de relações, muitas vezes não perceptíveis a distância. A partir da compreensão desses referenciais, se irá procurar destacar alguns aspectos salutarés para uma reflexão de uma outra ATER oficial.

## **2. Desenvolvimento para os “não desenvolvidos”: um enfoque de confronto**

A organização de uma agência de assistência técnica e extensão rural aconteceu em meados do século passado, para dar conta a uma “falta” de desenvolvimento de determinado segmento social, os agricultores, que na época representavam a grande maioria da população do país. Para seus mentores, era necessário tirá-los do atraso e inseri-los em uma proposta inovadora. Assim, segundo Sardan (1995), coloca-se em jogo duas acepções de poder: o dos grupos estratégicos heterogêneos (geralmente externos, ligados a conglomerados transnacionais do norte), com os centros locais de poder e posições particulares de poder instituído. Forma-se assim uma arena, que não é nada mais do que um lugar de confrontações concretas de atores sociais em interação.

O mesmo Sardan (1995) destaca também que qualquer projeto de desenvolvimento aparece como um jogo, no qual cada um joga com cartas e regras diferentes. Que é um sistema de recursos e de oportunidades em que cada um tenta se apropriar a sua maneira. Logo, um projeto de desenvolvimento rural é uma arena, que não é neutra, pelo contrário, de fortes conflitos entre os grupos estratégicos. Os confrontos somente parecem ter sido menores durante a implantação da revolução verde, em

---

<sup>5</sup> A mediação será enfocada no presente artigo como o exercício da administração das diferenças com vistas à produção do diálogo.

<sup>6</sup> A identidade será discutida como a compreensão do multicultural, que não acontece dissociado das relações de poder.

função dos poderes outorgados aos agentes do desenvolvimento rural oficial, lido como extensionistas, em função do poder autoritário que governava o Brasil.

Os serviços das instituições de ATER sempre foram e continuam vinculados a um projeto de desenvolvimento. Seus agentes (empregados) têm suas competências técnicas e domínios de intervenção no desenvolvimento rural. Sardan (1995) pressupõe que não faltam escritos normativos consagrados a descrever a missão destes agentes, ou a elogiar seus méritos, ou de um tal método de animação (metodologia), da qual são fiéis e ativos executantes. No entanto, carece de detalhes de como as diretrizes são levadas a efeito e a respectiva relação com a população rural, expondo estratégias pessoais e principalmente as contradições que a função lhe impõe. Para Cardoso de Oliveira (2000), os acordos com relação às normas instituídas tendem a ser naturalizados, portanto dificilmente sujeitos à reflexão.

### **3. Fases da extensão rural oficial**

Um rápido retrospecto demonstra que a extensão rural brasileira, a partir de sua organização, passou por três fases de seu processo pedagógico, que coincidem com os três conjuntos de especulações aplicadas à noção de finalidade adotadas pelos industriais brasileiros. Esta vinculação é decorrente dos interesses nacionais e internacionais hegemônicos. Os períodos também se ajustam a distintas abordagens pedagógicas. Na primeira etapa aconteceu a organização dos serviços de extensão rural oficial no Brasil, mais especificamente na década de cinquenta, e que incorporaram algumas ações educativas tradicionais. A educação deveria elevar o nível das necessidades das populações rurais, para que então o “fomento” encontrasse um ambiente para seus meios e métodos diretos. Entendia-se que o bom extensionista deveria envolver os agricultores com o padrão de produção e consumo hegemônicos, altamente dependentes de insumos externos (provavelmente produtos externos a seu meio).

Essa fase da extensão rural aconteceu no final da que, segundo Rodrigues (1997), buscava derrotar o Brasil rural, agrário e atrasado e a criação de um mercado consumidor de massas. Para o autor, a educação deveria ser capaz de “inculcar nos imaturos” uma nova “tábua de valores”. As características do período são fortemente influenciadas pela gerência científica (taylorista). A abordagem pedagógica, em consequência, é a tradicional, onde existe um responsável (extensionista em nosso caso) em conduzir o processo.

A segunda fase é marcada pela forma difusionista, que começa a ser implementada no final dos anos sessenta. No campo empresarial, esse período é conhecido como o de país desenvolvido, que procurou se estabelecer com a modernização industrial ou aprimoramento do parque industrial. Predomina o trabalho mecânico, pulverizado, segmentado e rotineiro (fordismo). No contexto pedagógico, assume-se a abordagem tecnicista, onde o extensionista parece ser aquele que possui o controle científico e o planejamento é executado com colaboração de especialistas das diferentes áreas. Segundo Mussoi (2003), implanta-se neste período uma matriz tecnológica altamente especializada e produtivista e as instituições de extensão rural são organizadas dentro da concepção centralizada e descendente, com ampliação de seus instrumentos de controle e supervisão. Essa unidirecionalidade expressa-se tanto no sentido organizacional quanto no “pedagógico”, na medida em que determina uma certa “superioridade de saberes”.

A terceira fase começa nos anos oitenta, com a crescente percepção de crise do modelo de desenvolvimento agrícola, e a busca de formas alternativas de fazer a extensão rural. No setor industrial, é buscado outro referencial que passou a ser chamado de economia competitiva, onde o Estado perde influência e passa-se a uma reestruturação produtiva (em alguns casos denominados de “pedagogia toyotista”, que valoriza o trabalho inteligente, baseado na incorporação de competências cognitivas). A fórmula pedagógica defendida majoritariamente pelo setor empresarial é o da democracia e competitividade, que significa a constituição de empresas mais horizontalizadas, democráticas, inteligentes e competitivas, relevando os aspectos humanos envolvidos nos processos. A retirada do Estado de algumas ações que já não são mais considerados estratégicos para os

interesses empresariais, atingem frontalmente as instituições de ATER oficial, que passam a depender praticamente só de recursos estaduais. A educação começa a experimentar timidamente pedagogias que incentivam a participação dos atores sociais nos processos produtivos. A postura hegemônica de processos não é estimulada nas instituições oficiais, tornando-as pouco compatíveis com o contexto. O movimento social, que já não era muito próximo a estas instituições, afastou-se ainda mais, forçando-as a serem prestadoras de serviços para os estados da Federação e contribuindo na elaboração de alguns projetos para organismos internacionais como o Banco Mundial.

#### **4. Transferência de responsabilidades: uma perspectiva limitada de participação**

O período revela uma conturbada mudança na concepção de educação e mediação que, até a terceira fase, foi trabalhada hegemonicamente como algo que se estabelecia entre aqueles que eram considerados os detentores do saber e aqueles que precisam ser ensinados. Essa lógica muda neste terceiro período no final da década de oitenta quando a educação passa oficialmente a ser coordenada pelo Banco Mundial (doador de fundos e mentor ideológico de numerosas instituições e especialistas) que estabelece regras para o tipo de empregado que o mundo do trabalho requer e que deve ser formado nas instituições formais e não-formais. A extensão rural não passa ileso desse contexto. As atribuições das instituições de desenvolvimento muda. A responsabilidade pelo desenvolvimento, que antes era dos Estados e das empresas, agora precisa ser assumida pela própria população. Em caso de serem pobres, os mesmos precisam discutir uma maneira de superar a sua situação de pobreza. A elaboração de bons projetos pode representar o direito a financiamentos, inclusive externos. Só terá direito a recursos o bom pobre, ou seja, os pobres são classificados. Na verdade, o sistema se exime de sua responsabilidade, transfere o insucesso a população, que por sua vez classifica os despossuídos em bons e maus, ou em merecedores ou não de ajuda. Este trabalho de legitimação, não raras vezes, foi realizado

pela EMATER/RS – ASCAR, principalmente através do principal programa<sup>7</sup> executado pela instituição nos últimos anos, financiado pelo Banco Mundial, que foi o RS Rural.

Lautier (2002), crítico da atuação do Banco Mundial frente a pobreza, acredita que promoção da participação ao nível local não visa só dar o poder aos pobres, mas acelerar a renovação das elites. Segundo o autor, esse processo representa conferir aos pobres as capacidades para colocá-los nus frente a realidade dos mercados. Porém, o mercado elimina antes de libertar. Interessante que em caso de insucessos, a responsabilidade passa para o próprio pobre, que teoricamente fracassou porque não desenvolveu suas capacidades anteriormente auferidas ou construídas. Legítima, mais uma vez, sua posição de inferior, incapaz, mas que em caso de “bom” pobre, pode ter acesso a políticas sociais. Evita-se freqüentemente estabelecer relação entre a pobreza e a desigualdade social. As elites entendem que as excessivas desigualdades favorecem o renascimento de más características do primitivismo sub-desenvolvido, que geram instabilidade e dão margem ao populismo, levando-os a atuar preventivamente.

Ainda segundo Lautier (2002), por trás da incoerência do reforço do poder dos pobres (empowerment) e do apelo à sociedade civil, está um fio condutor expresso na despolitização do campo político em proveito, de uma parte, da moral, e de outra, da técnica. A autonomia dos pobres, neste caso, seria realmente procurada pelo Banco Mundial através da idéia de *empowerment*, pois o poder não é uma questão de imposição de contratos sobre os indivíduos, mas a criação de indivíduos capazes de assumir uma liberdade regulada. Para o autor, a luta contra a pobreza tem portanto um objetivo, mas um objetivo difícil de atingir: a criação de um modelo de cidadão, ao mesmo tempo responsável e submisso, autônomo e dependente. Deve ainda ser adequado a um modelo de governo que rompe com o modelo de contrato entre governantes e governados da tradição clássica da ciência política, mas ao mesmo tempo reduz a questão do poder àquela do poder sobre si-mesmo.

---

<sup>7</sup> O Programa RS Rural se viabilizou a partir de 1997, através de uma parceria do Banco Mundial e o Governo do Estado do RS para financiar a população rural de baixa renda em três componentes: geração de renda, infra-estrutura e conservação ambiental.



Para Kreutz (2004), é neste contexto que inegavelmente é preciso repensar a atuação das instituições de ATER oficial, buscando imergir em uma concepção mais dialógica, desprovida de alguns dogmas, afim de ser propositivo e consciente dentro de um campo de intervenção. Que as ações que venham a ser desenvolvidas sejam alimentadas pela compreensão de suas finalidades e não sejam reduzidas ao treinamento de como aplicar determinados recursos. Isto certamente passa pela constituição de uma nova estrutura institucional, que permita que os agentes de desenvolvimento local (extensionistas de campo) tenham condições de se empoderar e capazes de gerar emancipação do público da extensão rural, através de um processo educacional libertador, diante dos diversos programas de desenvolvimento, principalmente aqueles que são dirigidos aos mais pobres do meio rural.

## **5. O conturbado papel da educação: o desafio do diálogo**

A educação serviu aos dois modelos globais dominantes até o final dos anos oitenta, transferindo conhecimentos e saberes dentro da pirâmide hierárquica de cada sistema. No momento que o olhar começa a se dirigir ao local com a possibilidade de construção de oportunidades em seu próprio meio e elaboração de um processo lógico com os atores sociais, uma nova concepção de educação ganha expressão. Esta educação construtivista já tinha sido experimentada em experiências isoladas, mas não tinha sido estudadas suas potencialidades, até aquele momento, pelas estruturas dominantes. A sua incorporação no sistema educacional e na ATER acontece lenta e timidamente. Contudo, a conduta de muitos técnicos, professores e cientistas ainda persiste na lógica antiga, paradigma no qual fizeram seus estudos.

Para Neves (1998), em meio a este cenário, alguns pressupõem que toda a mudança de posição social se viabiliza por um trabalho educativo tradicional. Mais que isto, os mediadores sociais advogam esta posição por se considerarem portadores da função (ou missão) pedagógica, destinada a mudar comportamentos e visões de mundo. Assim, os mediadores valorizam a transmissão de saber para assegurar a viabilidade

da instituição que representam, ou a defesa da posição que ocupam num determinado campo.

A referência aos modos de reconhecimento e de legitimação dos saberes que cada profissão articula (agronomia, serviço social e educação doméstica, por exemplo), geralmente dá suporte à reivindicação de autonomia relativa pelos técnicos e às concorrências derivadas das disputas por hegemonia destes saberes. Normalmente reagem à imposição de regras porque estão referenciados a um ideário legitimador de sua posição, como mensageiros de uma ação educativa emancipadora.

Para Sardan (1995), estes agentes podem ser porta-vozes dos conhecimentos técnico-científicos e mediadores entre estes conhecimentos técnico-científicos e os conhecimentos populares, gerando uma contradição que normalmente é desfeita pela opção por uma das funções, que notadamente parece recair sobre a primeira. Isso acontece, em parte, pelo fato dos agentes terem sido formados nos bancos escolares convencionais e depois contratados para serem porta-vozes dos conhecimentos técnico-científicos. Segundo o autor, os agentes (extensionistas) como os que lhes empregam, não estão necessariamente conscientes deste papel de mediador, na medida em que é precisamente o seu papel de porta-voz que sempre é posto em evidência e tanto mais, que este papel sempre é definido e legitimado por uma competência técnica. Na quase totalidade dos casos, continua o autor, os agentes de desenvolvimento não aprenderam a ser mediadores entre dois sistemas de conhecimentos, em especial porque a sua competência técnica foi construída sobre uma negação e uma rejeição dos conhecimentos populares. O certo é que a mediação vai existir, mas passa a ser realizada de maneira imprópria ou unilateral. Para o autor, a mesma deveria com a situação institucional da ATER em crise, provocar o surgimento de posições distintas entre os extensionistas. Alguns aderem a um processo educacional passivo, de achar e venerar tudo que vem de “baixo”. Entre os adeptos estão aqueles que tem uma certa convicção de sua posição, formada pelo respeito que passaram a ter pelo conhecimento popular. Mistura-se a esta posição um segmento significativo de profissionais extensionistas que, em nome das demandas locais, pouco ou quase nada fazem, deixando o tempo passar.

A segunda parcela de extensionistas, que evidentemente é a maior, têm proporcionado maior participação do público, sem contudo, abrir mão de sua posição de transmissores. Chegam a recorrer a ferramentas metodológicas participativas. Assumem-se como moderadores, sensibilizadores, animadores, facilitadores, entre outras denominações, para em última instância, repassar seus conhecimentos com, não raras vezes, a desqualificação do conhecimento popular.

Existem também os inquietos, que buscam na educação construtivista seu espaço. A mesma pressupõe a existência de dois sujeitos que respeitam e reconhecem os mundos distintos, no entanto procuram estabelecer um campo de comunicação sobre determinado assunto. A construção deste conhecimento será certamente insuficiente para a mudança social, se o mesmo se estabelece dissociado do contexto.

Sardan (1995) afirma que numerosos agentes de desenvolvimento gradualmente têm adquirido neste domínio uma competência “espontânea”, e tornaram-se hábeis mediadores. Mas reconhece: a) que tal competência não é reconhecida pelas suas instituições; b) que ela está longe de ser generalizada; c) que ela ganharia ao ser incorporada na formação inicial ou contínua dos agentes de desenvolvimento. Este contexto parece dialogar diretamente com as instituições oficiais de extensão rural.

A questão chave parece estar no fato de que os mediadores tendem a atribuir a si um papel salvador ou emancipador, pela transmissão de outras visões de mundo e pela incorporação de saberes diversos daqueles de que o grupo mediado se encontra dotado. A conquista da legitimidade das ações dos mediadores quase sempre depende desta capacidade de construir e circular por redes associativas de intercomunicação e interconhecimento.

## **6. Proposta da extensão rural nova : uma construção agroecológica conflituosa**

Alguns esforços de mudança surgiram a partir da metade da década de 1980, quando ocorreu o repensar da extensão rural em todas as instituições estaduais. Depois de quase uma década de iniciativas,

aconteceu em 1997 a confluência de objetivos que aproximaram as entidades representativas da agricultura familiar como as EMATERs, o Ministério da Agricultura e consultorias internacionais. O resultado foi uma aliança estratégica firmada em seminários e workshops, orientando mudanças estruturais nas EMATERs e definindo uma opção estratégica pelo fortalecimento da agricultura familiar.

Em meio a este contexto, a EMATER/RS - ASCAR assinou um convênio com o Ministério da Agricultura para formação de seus profissionais e de lideranças de instituições parceiras. Nesta formação se introduziu a metodologia do “Desenvolvimento Rural e Planejamento Municipal”, que continha técnicas que estimulavam a participação dos atores sociais locais e que representou uma inflexão na cultura da instituição, pois buscava ser interagente com o ambiente de municipalização das políticas públicas.

Em 1999, a EMATER/RS estabeleceu em sua missão, que os princípios da Agroecologia seriam a base para a construção do desenvolvimento rural sustentável. Neste caso, a Agroecologia, independente de suas vertentes, passa a ser entendida como uma ciência ou um conjunto de conhecimentos que ajudam no correto redesenho e o adequado manejo de agroecossistemas, na perspectiva da sustentabilidade. A definição da nova missão estabeleceu um conflito dentro da própria instituição. Por muitos isso era inadmissível, apegando-se ao passado (de autoritarismo), onde todos seguiam rigorosamente as regras, considerando-as “apolíticas”.

Com isto, parece que não estavam presentes os três níveis de análise a que Sardan (1995) nos remete: a) o conflito é um elemento inerente a toda vida social; b) os conflitos remetem a diferenças de posições mantidas por hábitos, normas, regras morais e convenções; c) os conflitos parecem concorrer ao contrário da reprodução social e ao reforço da coesão social para manter vivo o meio social. O jogo se estabeleceu mais forte entre dois grupos estratégicos (com distintas visões de ciência e de finalidade institucional) e que podem ser definidos, conforme o autor, como agregados sociais mais empíricos, com geometria variável, que defendem interesses comuns, em particular pelo viés da ação social e política. Isso evidenciou a arena existente dentro da própria instituição EMATER/RS –

ASCAR, mais saliente durante o período em que vigorou a missão Agroecológica<sup>8</sup> e atualmente muito mais reprimida.

Optou-se ainda, através da mesma missão institucional, pela utilização de processos educativos e participativos. Para Caporal (1999) as abordagens e métodos participativos representam uma oportunidade para construir melhores vínculos entre os vários atores e qualificam o conhecimento mútuo. Simões (2004) lembra que participação não significa fazer as pessoas falarem para legitimar aquilo que lhes foi proposto pelos agentes de desenvolvimento, que muitas vezes não estão dispostos a dividir o poder exercido pelo conhecimento.

Isso demonstra que o simples uso de metodologias em si não asseguram a participação dos agricultores e das suas famílias. Elas precisam ser acompanhadas de um processo que impõe uma ruptura com as condutas que tendem a reproduzir as práticas tradicionais de dominação. Requer também uma ruptura com a perspectiva funcionalista da profissão, para dar lugar à valorização das experiências dos agricultores, como parte integrante do processo de produção do conhecimento.

Para Simões (2004), em um processo de desenvolvimento de um trabalho que se propõe a ser participativo, os pedidos, os anseios imediatos, constituem a demanda aparente, ou seja, uma manifestação dos desejos e vontades dos indivíduos que ficam permeados por injunções de natureza diversa (política, ideológica, econômica, científica, etc.). Esta dificuldade também foi sentida durante o período da nova missão com a utilização do DRPs<sup>9</sup> e outras práticas participativas, não deixando espaço para a real construção das necessidades locais. Para tanto, parece necessário recorrer a uma mediação dessas injunções, a fim de se chegar a uma situação de demanda negociada e definir assim, num campo de possibilidades, a ação-intervenção que será colocada em prática.

---

<sup>8</sup> Esta clara delimitação do campo de disputas aconteceu durante o governo democrático e popular do Partido dos Trabalhadores no RS e que se procurou abafar e, em outros momentos, dissimular de suas reais premissas.

<sup>9</sup> O Diagnóstico Rural Participativo pode ter o "R" substituído por Rápido, que não deveria fazer parte da prática extensionista, mas que parece ter predominado na maioria de suas ações.

Assim, a proposta Agroecológica da EMATER/RS se deparou com limitações que se transformavam em desafios para consolidar avanços. Entre os muitos, pode-se relacionar a estrutura institucional inadequada, a sua cultura imediatista, que tende a uma perspectiva de permanente procura por informações sobre novos programas. Também a falta de processos pedagógicos construtivistas que tenham seus fundamentos em uma mediação que reconhece a identidade, o despreparo em trabalhar com a complexidade (agroecossistemas) e dos saberes locais e a dificuldade de consolidar redes entre as entidades parceiras. Na falta dessas premissas, observou-se uma tendência de esperar as receitas dos superiores hierárquicos, agora na linha ecológica, sem valorizar os aspectos locais capazes de impulsionar o desenvolvimento. Emergiu ainda um forte apego ao corporativismo<sup>10</sup>.

## **7. Instituição intermediária: uma visão de desenvolvimento territorial entre o local e o global**

Antes de propor a permanência de uma instituição, agora com outros referenciais, é preciso, segundo Boissevain (1987), explicar como e porque as instituições que se estuda surgiram. Para que se consiga avançar neste projeto da ATER, Hall (2003), sugere primeiramente superar a condição de neutralidade, que pressupõe uma homogeneidade cultural ampla, para assumir uma condição multicultural. Significa reconhecer formal e publicamente as necessidades sociais diferenciadas, bem como a crescente diversidade cultural de seus cidadãos, admitindo certos direitos grupais e outros definidos pelo indivíduo. Parece necessário tratar da dupla demanda política, que advém da interação entre as desigualdades e injustiças gritantes, provenientes da falta de igualdade concreta, e a exclusão e inferiorização decorrentes da falta de reconhecimento e da insensibilidade à diferença. Portanto, é preciso saber combinar diferença e identidade.

---

<sup>10</sup> Frequentemente se utiliza uma argumentação frágil e uma postura arrogante para defender os interesses institucionais e pessoais, evitando, ou então boicotando, iniciativas que procuram promover mudanças conjunturais e estruturais para reorganizar a empresa aos novos tempos.

A conquista de novos espaços sociais pelas populações excluídas do projeto hegemônico, como dos agricultores familiares, dos assentados, indígenas, quilombolas e pescadores artesanais, tem impulsionado o surgimento de estruturas intermediárias de desenvolvimento, posicionadas entre o local e o global, muitas das quais são não governamentais. Existe, porém, um espaço interessante para as prestadoras de serviço de ATER oficial no sentido de construir e reconstruir o espaço da população rural. Para isto, é preciso certamente constituir instituições mediadoras que articulem um campo capaz de gerar desenvolvimento a partir da particularidade de cada povo.

A lógica multicultural requer mais duas outras condições de existência e importantes para a extensão rural oficial: a expansão e radicalização cada vez mais profunda das práticas democráticas da vida social e institucional, bem como, a contestação sem trégua de cada forma de fechamento racial<sup>11</sup> ou etnicamente excludente. Assim, a questão multicultural procura abrir espaço para assuntos considerados fechados ou estabelecidos, abrindo um novo leque para a ATER oficial do RS e brasileira.

Ao mesmo tempo é preciso ter cuidado com o universalismo que se opõe à particularidade e à diferença. Para Hall (2003, apud LACLAU, 1996), o universal emerge do particular, não como um princípio que o torna subjacente e o explica, mas como um horizonte incompleto que procura unir uma identidade particular deslocada. Para o autor, é necessário causar uma reconfiguração radical do particular e do universal, da liberdade e da igualdade com a diferença.

O papel da mudança institucional nas organizações, segundo Abramovay (2001), é duplo e, em certa medida, contraditório. Por um lado existem as organizações que respondem pela mudança institucional e por outro, as organizações que refletem o ambiente institucional já existente. Essa última trava uma espécie de inércia que empurra a reproduzir as antigas regras do jogo, síndrome essa, que parece acompanhar as instituições de extensão rural nos últimos anos. Para o autor, o maior

---

<sup>11</sup> Acontece quando um grupo se isola para discriminar ou da discriminação que sofre em função de suas diferenças fenotípicas, principalmente relacionados a cor.

desafio da extensão rural brasileira é deixar que sua competência técnica e seu crescente comprometimento político com a agricultura familiar a transformem, de um organismo voltado à assistência aos agricultores, em unidade que planeja, juntamente com os atores locais, o processo de desenvolvimento.

Alguns extensionsistas continuam imbuídos do desafio de resgatar as agências de desenvolvimento. Porém, no momento, essa proposta parece estar mais longe da extensão rural do RS. A maior demanda da atualidade se resume a elaboração de projetos pontuais, longe de uma interface com local, constituído ao longo de um período. Advoga-se de que a empresa é eficiente na execução de alguns programas das políticas públicas estaduais destinadas ao meio rural, o que é inegável, mas certamente insuficiente para manter a atual estrutura. Ainda se disputa a elaboração de alguns programas federais. Concomitantemente, vive-se uma crise entre ser ou não uma instituição filantrópica, requerendo a elaboração de três relatórios: um numérico, outro descritivo sobre as ações técnicas e de cunho geral e um terceiro sobre as ações que podem ajudar no reconhecimento da filantropia, além do reconhecimento das ações sociais em prol do povo mais humilde do campo. Sob o aspecto financeiro a mesma vem sendo negada deste o início dos anos noventa, ou seja, a mais de uma década, acumulando uma dívida junto ao INSS que equivale provavelmente hoje ainda a terceira maior dívida de uma empresa com o INSS no país.

A incerteza aumenta com o fim de programas financiados pelo Banco Mundial, como o RS Rural e o Pró-Guaíba, que requeriam estruturas maiores e mais capilarizadas, além de injetar somas significativas de recursos para, por exemplo, renovar a frota de veículos, de computadores, etc. Os programas estaduais, regra geral, tem sido muito tímidos e facilmente executados pelas Secretarias Municipais da Agricultura. Recentemente também surgiram algumas demandas bem pontuais através do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), muitas no sentido de apenas classificar os agricultores e que requer pareceres pontuais. A recriação do Sistema Nacional de ATER pelo MDA, objetiva desenvolver políticas específicas para os diferentes públicos. Com isto, deve aumentar o repasse de recursos para as instituições que se envolvem com públicos não empresariais do meio rural. O diferencial dos anos anteriores é que o



repassa dos recursos não é mais exclusivo para a extensão rural oficial, devendo o mesmo ser disputado com as instituições do terceiro setor, arena no qual a ATER do RS parece encontrar dificuldades para enquadrar atuais ações mais significativas.

## **8. Construção de um novo referencial: o papel da mediação no diálogo entre atores sociais**

Um espaço promissor começa a ser estabelecido para as instituições intermediárias se consolidarem como mediadoras, constituindo uma nova forma de governar, no quadro das relações entre as políticas públicas e seus beneficiários e entre os diferentes níveis territoriais de competência. Logo, o papel destes mediadores não pode ser reduzido a apenas àquelas vinculações institucionais, pois cada profissional transita no mundo do trabalho e da vida. Portanto, a análise deve incorporar as contribuições resultantes da socialização profissional dos agentes de desenvolvimento ou mediadores (extensionistas para o nosso caso particular), de suas relações com conjunto de instituições locais, do público vinculado a extensão rural e as lideranças e população de convívio, todas assegurando suporte e legitimidade às suas práticas. As instituições que os acolhem não podem ser pensadas restritas a intenções autônomas que se impõem.

Cardoso de Oliveira (2000) afirma que para se ter uma comunidade de comunicação e argumentação é necessário um acordo intersubjetivo em torno das regras explicitamente ou tacitamente admitidas, voltadas para a busca do consenso. Para o autor:

A garantia de um tal consenso está, precisamente, na existência de uma ética que seja intersubjetivamente válida e que signifique o dever daqueles cientistas, membros dessa mesma comunidade, em obedecer às regras e às normas instituídas por aquele consenso, portanto fruto de um processo de livre negociação entre os indivíduos

componentes de uma determinada comunidade de comunicação (CARDOSO DE OLIVEIRA, 2000 p. 215).

O processo de interação entre populações rurais e agentes externos deve pressupor a participação dos primeiros nas diferentes etapas do trabalho, para assim estabelecer uma comunicação (disposição de dialogar) de natureza intersetorial, através de uma negociação que tenha legitimidade moral. Em termos cognitivos, teríamos a fusão de horizontes e a negociação em um âmbito de relações simétricas, como pressuposto ético. É preciso estar atento para que o diálogo não seja contaminado pelas regras do discurso hegemônico, normalmente alienígena, culturalmente eurocêntrico, historicamente colonizador e cuja racionalidade advém do pólo dominante. O comprometimento do diálogo fatalmente levaria a uma comunicação distorcida, corroída em sua dimensão ética.

Para Neves (2004) a mediação pode acontecer de múltiplas formas, dependendo da participação diferenciada dos mediadores. Em caso de se ver como portadores da função (ou missão) pedagógica, destinada a mudar comportamentos e visões de mundo, estão na verdade, assumindo o papel de tradutores que valorizam a transmissão do saber, do sistema de crenças ao qual se afilia e até na defesa da posição que ocupa nesse campo. Portanto, um espaço só se torna reconhecido se seus agentes forem zelosos das diferenças que devem administrar, com vistas à produção do diálogo e de uma outra ordem social. Sua objetivação implica na produção de crenças comuns, que orientam os modos diferenciados de participação no projeto de mudança das relações de força que estão a merecer condenação e/ou superação. Este processo também põe em jogo interações sociais que agregam redes de interseção. Para a autora

O exercício de mediação não pode ser assumido sem o questionamento de determinadas formas de dominação (econômica, política e simbólica). Este conhecimento por vezes opera na desqualificação de saberes e modos de participação entre outros tantos contextualmente valorizados diante da proposição de outras formas de integração; ou desnaturalizados pela intermediação de

agentes deslocados de outros aparatos institucionais, apresentados e auto-definidos como *experts* de processos de mudança (NEVES, 2004 p. 5).

Velho e Kuschnir (2000) perceberam que a passagem por diferentes mundos dá a alguns indivíduos a possibilidade de desempenhar, com maior ou menor sucesso, o papel de mediador. Sua força como negociador é proporcional à diferença e mesmo às contradições entre as diversas culturas políticas mediadas, atuando ora com intérprete de diferentes níveis culturais, ora como mediador, solucionando conflitos de grupos das mais diferentes naturezas. Na mediação, segundo os autores, nem sempre os domínios do natural, do sobrenatural, do público e do privado, se apresentam separados com total nitidez. De qualquer sorte e, certamente por isso mesmo, que o processo introduz variáveis instigantes na construção social das identidades individuais e grupais.

Neves (1998), entretanto questiona a necessidade das instituições intermediárias através de seus agentes mediadores (pesquisadores e difusores na área da agronomia e da veterinária, extensionistas voltados para a socialização na luta política), para objetivação de um processo de mudança social. Essa crítica generalizada muitas vezes desconsidera a pouca importância dada à formação de tais profissionais especializados, cuja prática se orienta por um bom senso, ou por ideologias políticas, nem sempre submetido à reflexão crítica. Isso os leva a superdimensionar a produção e sua relação com o mercado, podendo desqualificar as outras motivações dos agricultores na luta pelo acesso a determinados recursos e serviços, a bens simbólicos e culturais.

Na verdade, vem-se fazendo um esforço para refletir sobre as mudanças sociais entre os pequenos agricultores e sobre propostas para uma nova agricultura, menos dependente do mercado e dos patamares tecnológicos ou menos economicista. Isso pressupõe rupturas com modos de pensar e de se comportar, tanto dos pesquisadores, como dos técnicos da difusão ou extensão rural e dos agricultores, sendo um dos sustentáculos, o reconhecimento de saberes constituídos sob outras perspectivas. Portanto, a introdução de um processo de mediação que propicie a articulação entre a elaboração e a objetivação de proposições,

que visem reorientar tendências e minimizar os efeitos de privilégios no controle de recursos econômicos. Este processo de mediação se ancora no reconhecimento de saber-fazer dos agricultores e na troca de conhecimentos com instituições encarregadas da produção especializada de saberes técnicos ou científicos.

Nesta função de mediação existem, segundo Simões (2004), determinantes à motivação do indivíduo, que orientam a sua inserção na trama social do desenvolvimento. O indivíduo é agente de vários campos de atividade, portador de interesses particulares situados socialmente, que o conduzem a se posicionar estrategicamente. Significa dizer, que o confronto de diferentes mundos gera uma relação de interdependência, que supõe a existência de um jogo, que permite, por exemplo, a extensionistas e agricultores a se encontrarem em torno de um processo de aprendizagem social e de co-construção de saberes, de identidades e de métodos que traduzem uma capacidade de imaginação para o grupo, pelo grupo e com o grupo. Para o autor:

... a prática da mediação pode ser também entendida como a faculdade de desenvolver nos atores a capacidade de questionar suas práticas e ações cotidianas e de refletirem sobre suas próprias experiências no momento em que elas mesmas se elaboram, visando construir novas representações e assim produzir e ser responsável pelas suas próprias histórias, de colocar suas existências como condição de historicidade ( SIMÕES, 2004 p. 3).

Torna-se assim necessário criar um regime de responsabilidade e de engajamento coletivo, onde os indivíduos devem se sentir capazes de reconhecer, discutir e procurar conjuntamente as soluções para seus problemas. Para Simões (2004) o mediador do desenvolvimento, este ator complexo, sujeito dotado de racionalidade epistemológica, exerce um papel fundamental, uma vez que ele é confrontado ao desafio de ultrapassar as questões inerentes ao jogo ator-estratégia-recursos, presente em qualquer projeto de desenvolvimento. O resultado principal do processo se reporta a eficiência, transformando a ação de desenvolvimento numa perspectiva de

responsabilidade-engajamento-reflexão, tendo como principal resultado a aprendizagem social pela experiência vivida.

Neves (1998), afirma que os projetos elaborados para reordenação ou afirmação de determinados modos de integração, só alcançam o reconhecimento através da concorrência derivada da disputa de grupos dotados de interesses diversos e divergentes na sociedade. Por isso, as formas de objetivação e os instrumentos aplicados para o exercício da mediação são tão diversos quanto são os contextos.

Para Mayer (2000), o tipo de mediação que se realiza é determinado pelo tipo de estratégia que se propõe utilizar. Entende que o uso da noção de rede social tem em vista a análise e descrição daqueles processos sociais que envolvem conexões que transpassam os limites de grupos e categorias. O emprego da rede social, segundo o autor, nos ajuda a identificar quem são os líderes e quem são os seguidores, ou a demonstrar que não há padrão persistente de liderança.

A análise do papel dos mediadores no processo de mudanças sociais, segundo Neves (1998), não pode perder de vista a dimensão da provisoriedade em jogo. Assim, o papel social dos mediadores não pode ser entendido, se não se levar em conta o caráter contraditório que se constitui, onde pode fazer aparecer emancipado o que é subordinado ou, no melhor dos casos, integrado às regras de um jogo que define os modos de participação. Uma contradição que não pode ser superada, necessita ser constantemente gerida. Pressupõe-se uma prática que não pode apenas se pautar na suposta inocência das boas intenções e dos compromissos, mas que deve ser constantemente questionada ou colocada sob avaliação e reordenação, se, de fato, os objetivos a ela atribuídos são desejados e o horizonte vislumbrado é a construção de novas formas de cidadania e de participação social e política.

Por último, Neves (2004) sugere evitar reduções e absolutizações sobre a própria mediação. Entende que a ação dos mediadores não pode ser reduzida a uma interseção ou a uma interligação. Os agentes de desenvolvimento não podem atuar como elos de união entre mundos diferenciados e deles distanciados como tais. Eles próprios necessitam construir as representações dos mundos sociais que pretendem interligar e o campo de relações que torna possível este modo específico de

interligação. Múltiplos significados vão então se ordenando para tornar viável o exercício de mediação. Assim, os funcionários não são incorporados ao processo sem a construção de si mesmos como responsáveis práticos por estes modos de intervenção.

## **9. O reconhecimento da identidade: a percepção dos diversos interesses e poderes constituídos**

Segundo Bourdieu (1989), a procura dos critérios objetivos de identidade não deve fazer esquecer que, na prática social, estes critérios são objetos de representações mentais. Entende que a identidade<sup>12</sup> é produto de um jogo de poder para impor uma visão de mundo social através dos princípios de di-visão. O poder sobre o grupo que se trata de trazer à existência enquanto grupo é, a um tempo, um poder de fazer o grupo, impondo-lhe princípios de visão e de divisão comuns,

... na lógica simbólica da distinção – em que existir não é somente ser diferente, mas também ser reconhecido legitimamente diferente e em que, por outras palavras, a existência real da identidade supõe a possibilidade real, juridicamente e politicamente garantida, de afirmar oficialmente a diferença – qualquer unificação, que assimile aquilo que é diferente, encerra o princípio da dominação de uma identidade sobre outra, da negação de uma identidade sobre outra (BOURDIEU, 2000 p.129).

---

<sup>12</sup> A identidade pressupõe a construção da noção de trajetória como uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (ou um mesmo grupo), em um espaço ele próprio em devir e submetido a transformações incessantes. Não se pode compreender uma trajetória, a menos que se tenha previamente construído os estados sucessivos do campo no qual se desenrolou.

O mundo social é representação e vontade, e existir socialmente é também ser percebido como distinto. Portanto, é apreender ao mesmo tempo o que é instituído, sem esquecer que se trata somente da resultante, num dado momento, da luta para fazer existir ou inexistir o que existe. Por sua vez, ações de imposição e de inculcação de identidade legítima, como as que na escola se exercem, tendem a gerar uma unidade real.

A revolução simbólica contra a dominação simbólica<sup>13</sup> e os efeitos de intimidação que ela exerce, tem em jogo, não como se diz, a conquista ou a reconquista de uma identidade, mas a reapropriação coletiva deste poder sobre os princípios de construção e de avaliação de sua própria identidade.

A identidade requer a compreensão, segundo Hall (2003), do multicultural, que por definição é plural. Procura descrever as características sociais e os problemas de governabilidade apresentados por qualquer sociedade, na qual diferentes comunidades culturais convivem e tentam construir uma vida em comum, ao mesmo tempo em que retêm algo de sua identidade original. Portanto, as sociedades multiculturais não são algo novo. As migrações e os deslocamentos dos povos têm construído mais a regra que a exceção, produzindo sociedades étnica ou culturalmente mistas.

A globalização contemporânea, como movimento pós-colonial é uma novidade contraditória. Sua tendência cultural dominante é a homogeneização. Mas não é capaz de controlar ou saturar tudo dentro de sua órbita, obrigando geralmente as pessoas a adotar posições de identificação deslocadas, múltiplas e hifenizadas. Surgem efeitos inesperados nas formações subalternas e tendências emergentes que escapam a seu controle, e que ela tenta homogeneizar ou atrelar a seus propósitos mais amplos. Juntamente com as tendências homogeneizantes da globalização (uma espécie de americanização da cultura global), existe a proliferação subalterna da diferença. Entretanto, concomitantemente, há a proliferação das diferenças. O eixo vertical do poder cultural, econômico e tecnológico, parece estar sempre marcado e compensado por conexões laterais, o que produz uma visão de mundo composto de muitas diferenças

---

<sup>13</sup> A dominação simbólica tem inegavelmente uma relação estreita com a dominação econômica.

locais. Assim, a luta entre os interesses locais e os globais, não está definitivamente concluída.

Portanto, as estratégias da diferença não são capazes de inaugurar formas totalmente distintas de vida, nem podem conservar intactas as formas antigas e tradicionais de vida. Contudo, a diferença impede que qualquer sistema se estabilize em uma totalidade inteiramente saturada. Encontra-se assim o particular e o específico, justamente o especificamente diferente, no centro da aspiração universalista.

Para Hall (2003), qualquer contexto necessita partir da complexidade vivida pelas comunidades, onde as formas de vida, derivadas de suas culturas de origem e denominadas tradicionais, continuam influenciando as autodefinições comunitárias, embora constantemente operem em todos os níveis ao longo das interações amplas, junto com a vida social como um todo. Portanto, não se pode afirmar uma identidade diferencial, sem distingui-la de um contexto, mesmo porque as identidades são construídas no interior das relações de poder.

## **10. Para continuar a refletir: entre a armadilha da substituição de pacotes e a construção de uma postura de mediação**

As empresas de extensão rural que resistiram a sua desconfiguração, de forma geral, encontram-se em uma profunda crise de identidade. Na falta de compreensão do contexto das mudanças, não raras vezes, se apegam a um passado que foi importante para as perspectivas de um dado momento econômico, mas que está dissociado e desfocado do momento histórico atual. Apresentam muitas dificuldades de trabalhar a contento os processos pedagógicos construtivistas, identificados com mediadores que se envolvem e interagem com os atores sociais. Frequentemente se encontram presos aos procedimentos metodológicos. As estruturas internas das instituições não foram modificadas e, portanto, permanecem altamente verticalizadas a ponto de frear a inteligência de seu quadro funcional, tornando-os frequentemente incapazes de pensar um processo de desenvolvimento construído com os atores sociais.



Isso parece tornar as instituições vulneráveis a ponto de se tornarem meras elaboradoras de projetos pontuais e legitimadora de ações de enquadramento e de pareceres. Constituiu-se um quadro de muita atividade pulverizada, extremamente desgastante, com muito retrabalho para justificar a estrutura, com prazos para serem cumpridos e despossuídos de um projeto estratégico de ação, junto às comunidades e pessoas dos municípios onde se atua. A falta de uma ação de longo prazo, faz com que algumas administrações municipais mantêm os serviços com o simples objetivo de obter determinado recurso, cuja liberação é condicionado a elaboração de projetos das instituições de ATER. Assim, cria-se um quadro de insegurança, incapacidade e estresse, que atormenta, em parte, seu quadro funcional.

Por outro lado, os extensionistas somente podem ser incorporados a um novo processo se forem capazes de se reconstruírem a si mesmos para assumir novas atribuições e cultivar uma postura pedagógica que enxergue e respeite a diversidade. Isso requer investimentos na constituição de aparatos institucionais de profissionalização como cursos de pós-graduação e especialização, além de seminários e atividades de curta duração que criam e desenvolvam a arte e os fundamentos da mediação.

A extensão rural enfoque Agroecológica do RS experimentou uma nova fase, em que fez um bom exercício para superar o processo pedagógico tecnicista, procurando constituir um diálogo permanente com os agricultores familiares e suas representações, além de buscar um processo de desenvolvimento com os atores sociais. A missão agroecológica também foi um exercício para compreender a complexidade dos processos de produção dentro dos agroecossistemas, habitados por agentes sociais.

Apesar de ter experimentado algumas práticas distintas das tradicionais, muito se tem a percorrer, para que estas instituições reconheçam como legítimas as identidades dos diversos grupos e das pessoas que o compõem. Para que isso ocorra, as próprias instituições precisam reconhecer a identidade de seu quadro funcional e trabalhar o potencial de cada qual, pois as articulações para a consecução de determinado objetivo dependem dos fatores locais, e da maneira particular, que o extensionista organiza sua ação como mediador da ação.

## 11. Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo. **Conselhos além dos limites**. Porto Alegre: Secretaria da Agricultura e Abastecimento/EMATER-RS/ASCAR/FETAG-RS/GTZ/PRORENDA, 2001, 29 p. (Série Textos Seleccionados, n. 23).

BOSSEVEIN, Jeremy. Apresentando “amigos de amigos: redes sociais, manipuladores e coalizões”. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos**. São Paulo: Global, 1987. p. 195-217.

BOURDIEU, P. Identidade e representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. In: **Poder simbólico**. Lisboa: Ediel. 1989.

CAPORAL, Francisco R. “Em direção à extensão rural do futuro: Caminhos possíveis no Rio Grande do Sul”. In: BRACAGIOLI NETO, Alberto (org.) **Sustentabilidade e cidadania: o papel da extensão rural**. Porto Alegre: EMATER-RS, 1999. p. 119-165.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Ação indigenista, eticidade e o diálogo inter-étnico**. Estudos Avançados, Volume 14 – Número 40 – Setembro/Dezembro 2000. p. 213-231.

HALL Stuart. **Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais**. Liv Sovik (Org.); Trad. Adelaine La Guardia Resende. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representação da Unesco no Brasil. 2003.

KREUTZ, Ivar J. **Descentralização, participação e planejamento no município de Pirapó/RS**. 2004. 167 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) Curso de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

LAUTIER, B. Pourquoi faut-il aider les pauvres? Une étude critique du discours de la Banque Mondiale sur la pauvreté. In: **Revue tipes Monde**, T. XLIII, N° 169, Janvier-mars 2002.

MAYER, Adrian C. A importância dos quase-grupos no estudo das sociedades complexas. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos**. São Paulo: Global, 1987. p. 127-215

MUSSOI, Eros Marion. Políticas públicas para o rural em Santa Catarina: descontinuidades na continuidade. In: PAULILO, Maria Ignez S.; SCHMIDT, Wilson. (org.) **Agricultura e espaço rural em Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2003. p. 211-235.

NEVES, Delma P. Desenvolvimento e polifonia de intenções. In: Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, 4., Aracaju, 2004, **Anais...** Aracaju: SBSP, 2004. 1 CD-ROM.

NEVES, Delma P. O desenvolvimento de uma outra agricultura: o papel dos mediadores sociais. In: FERREIRA, Ângela D. D. & BRANDENBURG, A. **Para pensar: outra agricultura**. Curitiba: Editora da UFPR, 1998. p. 147-167.

RODRIGUES, José. **Pensamento Pedagógico Industrial**. Disponível em: [http://www.educacaoonline.pro.br/pensamento\\_pedagogico\\_industrial.asp](http://www.educacaoonline.pro.br/pensamento_pedagogico_industrial.asp). Acesso: 22 ago. 2004.

SARDAN, Jean-Pierre Oliver de. **Anthropoligie et développement – essai en socio-anthropologie du changement social**. Karthala: 1995.

SIMÕES, Aquiles. Ensaio acerca da construção de novas competências para a assistência técnica e extensão rural (ATER): do agente ao mediador de desenvolvimento. In: Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção, 4., Aracaju, 2004, **Anais...** Aracaju: SBSP, 2004. 1 CD-ROM.

VELHO, G. E KUCHINIR, K. Mediação e Metamorfose. In: Mana: **Estudos de Antropologia Social**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996. p. 97-107.

